

Contabilidade Pública



Abrangência, Classificação e Estrutura e Componentes

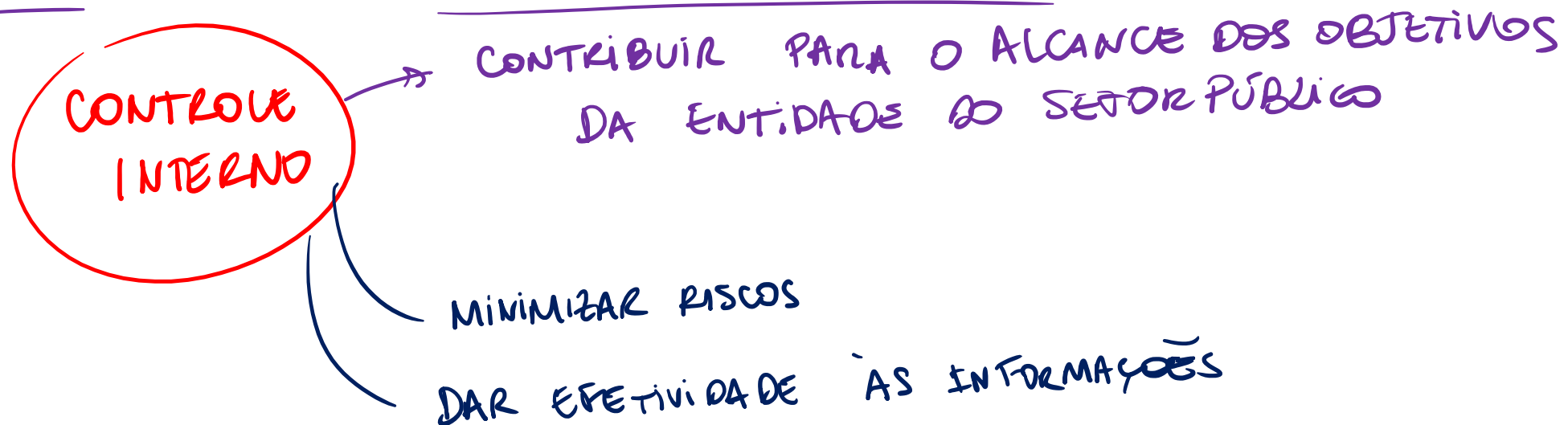


NBC T 16 – NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

NBC T 16.8 – CONTROLE INTERNO

DISPOSIÇÕES GERAIS

Esta Norma estabelece referenciais para o controle interno como suporte do sistema de informação contábil, no sentido de minimizar riscos e dar efetividade às informações da contabilidade, visando contribuir para o alcance dos objetivos da entidade do setor público.



ABRANGÊNCIA

DISPOSIÇÕES GERAIS

Esta Norma estabelece referenciais para o controle interno como suporte do sistema de informação contábil, no sentido de minimizar riscos e dar efetividade às informações da contabilidade, visando contribuir para o alcance dos objetivos da entidade do setor público.



ABRANGÊNCIA

Controle interno sob o enfoque contábil compreende o conjunto de recursos, métodos, procedimentos e processos adotados pela entidade do setor público, com a finalidade de:

- (a) salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais;
- (b) dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente;
- (c) propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada;
- (d) estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas;
- (e) contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade;
- (f) auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.

RECURSOS
MÉTODOS

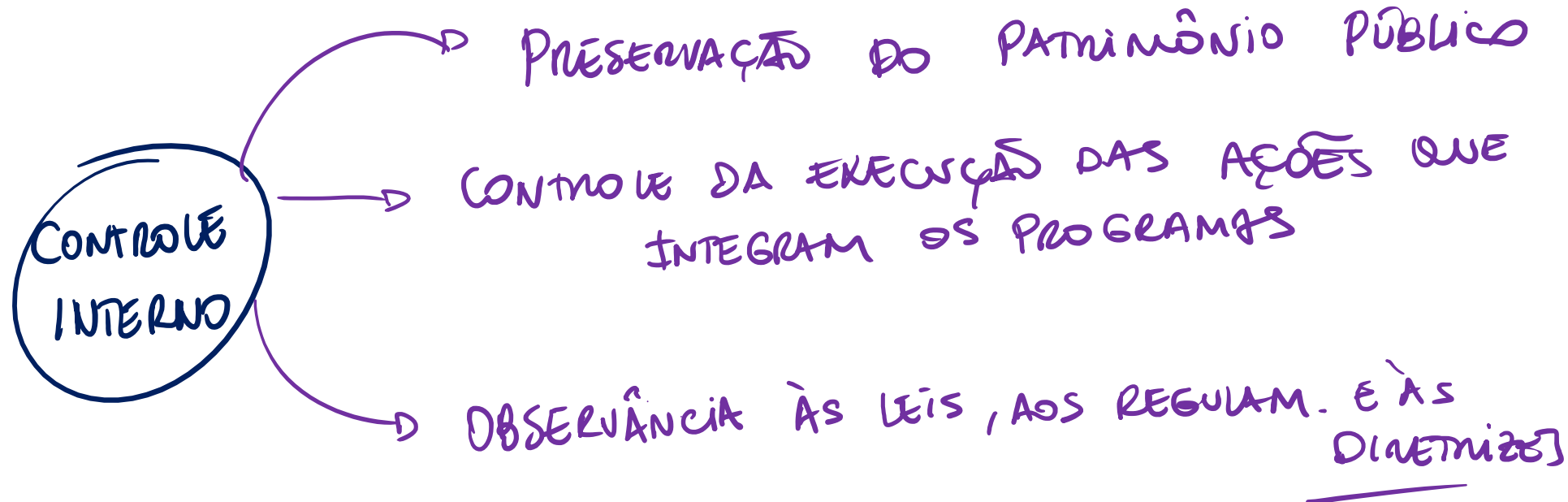
PROCEDIMENTOS
E PROCESSOS

COM A
FINALIDADE

- * SALVAGUARDAR O PATRIMÔNIO / ASSEGURAR A VERACIDADE
- * CONFORMIDADE
- * INFORMAÇÃO OPORTUNA / ADEQUADA
- * ADEÇÃO ÀS NORMAS
- * EFICIÊNCIA OPERACIONAL
- * PREVENÇÃO DE PRÁTICAS INEFICIENTES

O controle interno deve ser exercido em todos os níveis da entidade do setor público, compreendendo:

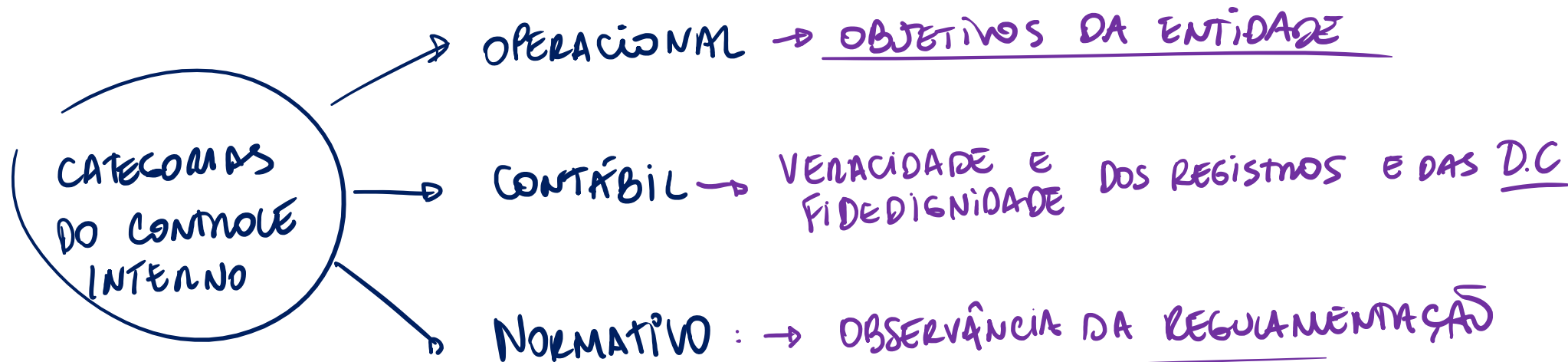
- (a) a preservação do patrimônio público;
- (b) o controle da execução das ações que integram os programas;
- (c) a observância às leis, aos regulamentos e às diretrizes estabelecidas.



CLASSIFICAÇÃO

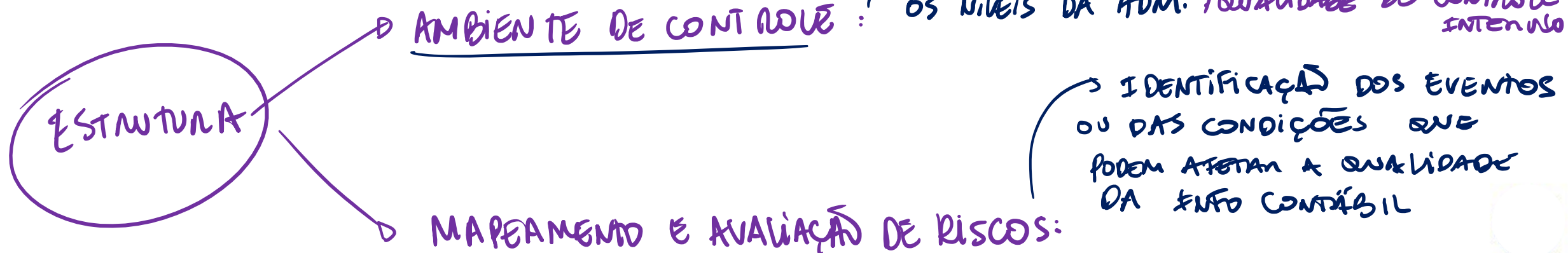
O controle interno é classificado nas seguintes categorias:

- (a) operacional – relacionado às ações que propiciam o alcance dos objetivos da entidade;
- (b) contábil – relacionado à veracidade e à fidedignidade dos registros e das demonstrações contábeis;
- (c) normativo – relacionado à observância da regulamentação pertinente.



ESTRUTURA E COMPONENTES

- Estrutura de controle interno compreende ambiente de controle; mapeamento e avaliação de riscos; procedimentos de controle; informação e comunicação; e monitoramento.
- O ambiente de controle deve demonstrar o grau de comprometimento em todos os níveis da administração com a qualidade do controle interno em seu conjunto.
- Mapeamento de riscos é a identificação dos eventos ou das condições que podem afetar a qualidade da informação contábil.



ESTRUTURA E COMPONENTES

- Avaliação de riscos corresponde à análise da relevância dos riscos identificados, incluindo:
 - (a) a avaliação da probabilidade de sua ocorrência;
 - (b) a forma como serão gerenciados;
 - (c) a definição das ações a serem implementadas para prevenir a sua ocorrência ou minimizar seu potencial; e
 - (d) a resposta ao risco, indicando a decisão gerencial para mitigar os riscos, a partir de uma abordagem geral e estratégica, considerando as hipóteses de eliminação, redução, aceitação ou compartilhamento.

AMBIENTE DE CONTROLE

MAPEAMENTO

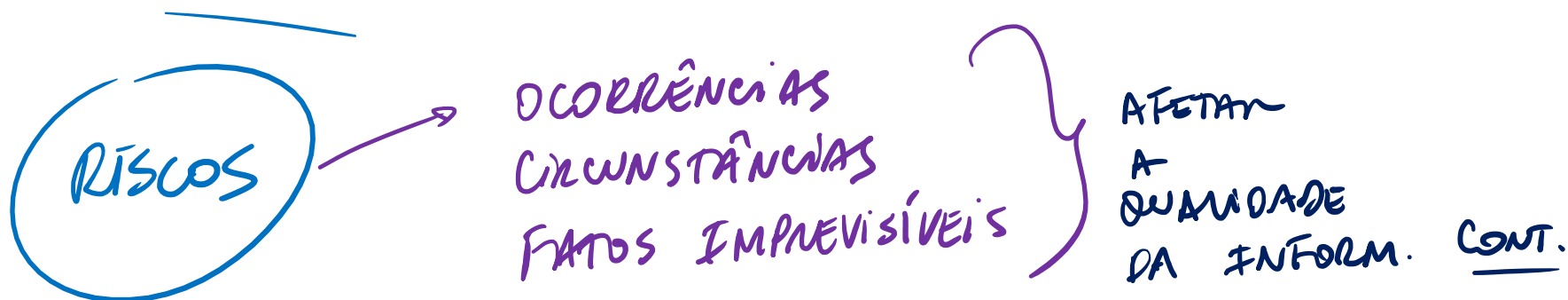
• AVALIAÇÃO → AVALIAR A RELEVÂNCIA DOS RISCOS

PROBABILIDADE
SERÃO GERENCIADOS
PREVENÇÃO

MITIGAR RISCOS
MINIMIZAR O POTENCIAL
HIPÓTESE DE ELIMINAÇÃO

ESTRUTURA E COMPONENTES

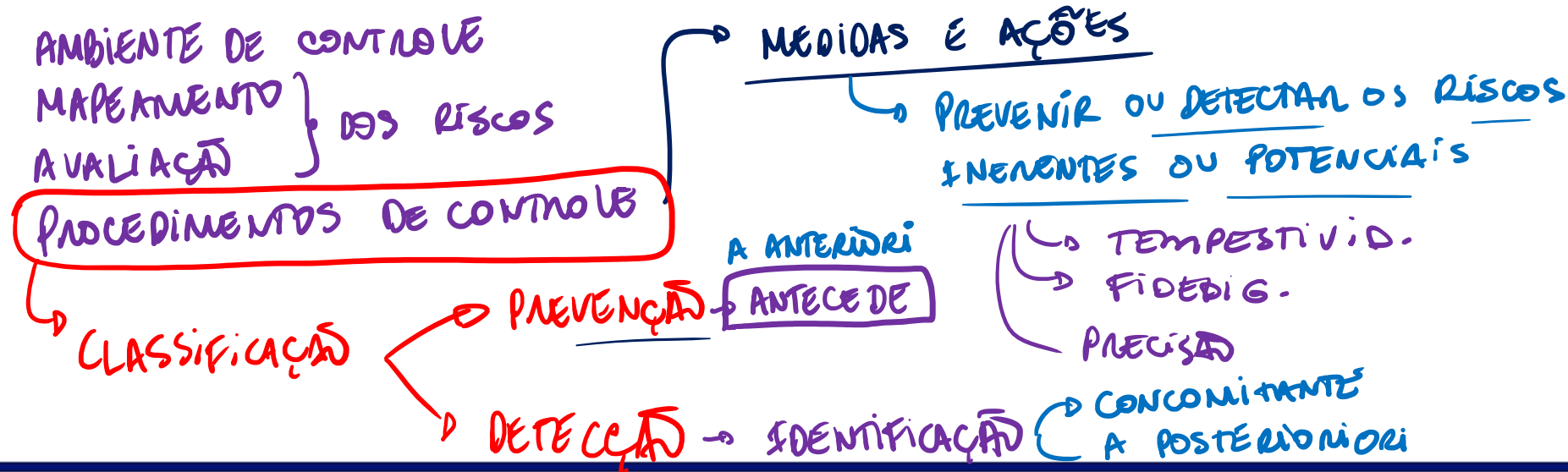
- Para efeito desta Norma, entende-se por riscos ocorrências, circunstâncias ou fatos imprevisíveis que podem afetar a qualidade da informação contábil.



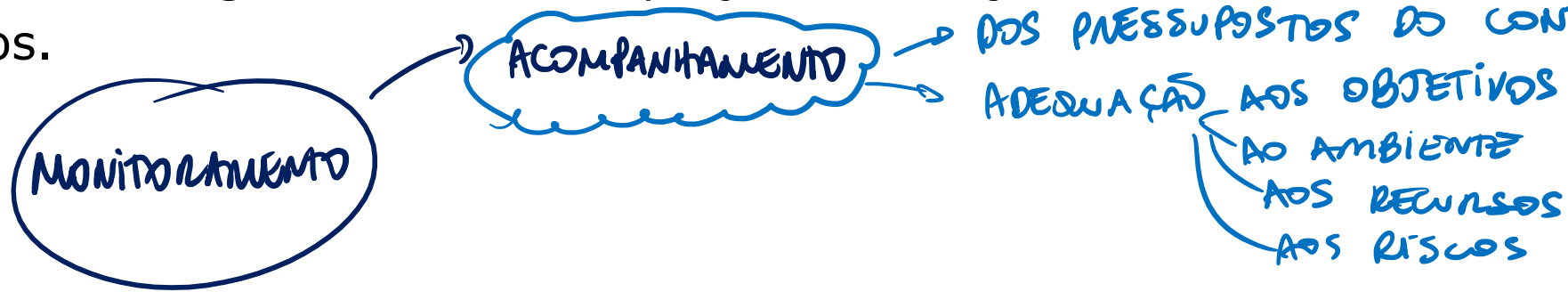
Procedimentos de controle são medidas e ações estabelecidas para prevenir ou detectar os riscos inerentes ou potenciais à tempestividade, à fidedignidade e à precisão da informação contábil, classificando-se em:

(a) procedimentos de prevenção – medidas que antecedem o processamento de um ato ou um fato, para prevenir a ocorrência de omissões, inadequações e intempestividade da informação contábil;

(b) procedimentos de detecção – medidas que visem à identificação, concomitante ou a posteriori, de erros, omissões, inadequações e intempestividade da informação contábil.



- Monitoramento compreende o acompanhamento dos pressupostos do controle interno, visando assegurar a sua adequação aos objetivos, ao ambiente, aos recursos e aos riscos.



- O sistema de informação e comunicação da entidade do setor público deve identificar, armazenar e comunicar toda informação relevante, na forma e no período determinados, a fim de permitir a realização dos procedimentos estabelecidos e outras responsabilidades, orientar a tomada de decisão, permitir o monitoramento de ações e contribuir para a realização de todos os objetivos de controle interno.

- Ambiente de Controle
- Mapeamento } Riscos
- Avaliação }
- Procedimentos de Controle
- Monitoramento

Sistema de Inform. e Comunicação.

- Inform. Relevante → capaz de influenciar a tomada de decisão dos usuários
- Orientar a tomada de decisão

Cooperar p/ realização de todos os objetivos do controle interno.



Questões

Abrangência, Classificação e Estrutura e Componentes



1. FUNDATEC - Pref Rondinha/2018) O sistema de controle interno dos órgãos públicos tem como objetivo, EXCETO:

- ~~a)~~ Avaliar a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- ~~b)~~ Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária.
- ~~c)~~ Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- ~~d)~~ Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- ~~e)~~ Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Direta e Indireta.

E

2. GUALIMP - CM Conc da Barra/2018) O Sistema de Controle Interno do Tribunal de Contas visa orientar a Administração, preservando os interesses da Instituição e prevenindo a ocorrência de irregularidades, por intermédio do acompanhamento contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, consubstanciado na aplicação das técnicas de trabalho desenvolvidas no âmbito de cada unidade.

Assinale a alternativa que esteja em desacordo com as finalidades básicas do Sistema de Controle Interno:

- a) Aperfeiçoamento da gestão das unidades organizacionais, nos aspectos de formulação, planejamento, coordenação, execução e monitoramento de suas atribuições.
- b) Acompanhamento e avaliação do cumprimento da programação das atividades e projetos, com vistas a comprovar a conformidade de sua execução.
- c) Salva~~guardar~~ os ~~passivos~~ ^{ativos} contra desvios, perdas e desperdícios.
- d) Fazer cumprir as obrigações de accountability.

C

DEVER DE
PRESTAR
CONTAS

E RESPONSABILIZAÇÃO

3. FUNDATEC - Pref Santa Rosa/2018) À luz da NBC T 16.8, que estabelece referenciais à contabilidade aplicada ao setor público, notadamente no que diz respeito ao controle interno como suporte do sistema de informação contábil, NÃO se apresenta como finalidade do controle interno:

- a) Salvar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais.
- b) Dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente.
- c) Disponibilizar mecanismos de controle de gestão que objetivem a alteração comportamental e estrutural da entidade auditada.
- d) Contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade.
- e) Auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.

C

4. FUNDATEC - Pref Santa Rosa/2018) Sobre a Auditoria Interna Governamental, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.
- b) Deve buscar auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.
- c) A atividade dessa auditoria tem como propósito aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.
- d) Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem atuar de forma regular e alinhada ao interesse público. Para tanto, devem exercer o controle permanente sobre seus próprios atos, considerando o princípio da autotutela.
- e) É responsabilidade da alta administração das organizações públicas, ~~em~~ ^{SEM} prejuízo das responsabilidades dos gestores dos processos organizacionais e das políticas públicas nos seus respectivos âmbitos de atuação, o estabelecimento, a manutenção, o monitoramento e o aperfeiçoamento dos controles internos da gestão.

GABARITO: E

5. FUNDATEC - Pref Santa Rosa/2018) Sobre as chamadas "linhas de defesa" da estrutura de controles internos dos órgãos e entidades da Administração Pública, analise as seguintes assertivas:

- I. A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.
- II. As instâncias de segunda linha de defesa estão situadas ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada.
- III. A terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas I e III.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

E

I
II
III

GABARITO: E

Vamos analisar os itens:

I. A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.

CORRETO. Item de acordo com o disposto na Instrução Normativa Secretaria Federal de Controle Interno 3/2017

8. A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.

II. As instâncias de segunda linha de defesa estão situadas ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada.

CORRETO. Item de acordo com o disposto na Instrução Normativa Secretaria Federal de Controle Interno 3/2017

11. As instâncias de segunda linha de defesa estão situadas ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada.

III. A terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

CORRETO. Item de acordo com o disposto na Instrução Normativa Secretaria Federal de Controle Interno 3/2017

14. A terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

Gabarito: Letra E.



6. COPESE UFPI - ALEPI/2020) Analise as afirmações que tratam sobre o controle interno na Administração Pública brasileira e marque a afirmação INCORRETA.

- a) ~~É finalidade do controle interno auxiliar o controle externo no exercício de sua missão institucional.~~
- b) ~~Por controle interno entende-se o controle administrativo direto exercido por órgão formalmente inserido na estrutura administrativa, que pode ser realizado de forma prévia, concomitante ou a posteriori.~~
- c) O controle interno restringe-se, tão somente, ao ~~controle orçamentário e legal~~.
- d) ~~A Controladoria Geral da União atua como órgão central das funções de controle interno, correição, ouvidoria e prevenção e combate à corrupção.~~
- e) ~~A ação de controle interno encontra-se inserida, organicamente, em toda Administração Pública brasileira.~~

GABARITO: C

7. INAZ do Pará - CORE PE/2019) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário mantêm, de forma integrada, sistema de controle interno. São finalidades do controle interno no âmbito constitucional, exceto:

- a) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- b) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- c) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- d) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou ao Município.

E

8. CEV UECE - Pref Sobral/2019) Segundo o Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as técnicas de controle são as seguintes:

- a) auditoria e inspeção.
- b) inspeção e monitoramento.
- c) monitoramento e fiscalização.
- d) fiscalização e auditoria.

Ⓓ

TÉCNICAS DE CONTROLE INTERNO

9. VUNESP - Pref Campinas/2019) O Município de Campinas, por meio da Lei Complementar nº 202/2018, instituiu o Sistema de Controle Interno da Administração Pública municipal direta e indireta. A respeito desse tema, é correto afirmar que

a) a sistematização do controle interno, na forma estabelecida nessa lei, substituiu os controles próprios existentes no âmbito da Administração Pública municipal, bem como o controle administrativo inerente a cada área.

b) compete exclusivamente às unidades setoriais de controle interno da Administração direta, em seu âmbito de atuação, apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

c) é garantida aos servidores integrantes do Sistema de Controle Interno a estabilidade no cargo efetivo, sempre que no curso de auditoria, ainda que antes de ~~completados 3 (três) anos~~ de efetivo exercício.

d) estão sujeitas ao Sistema de Controle Interno as entidades de direito privado localizadas no Município de Campinas, ainda que não sejam beneficiárias de convênios, auxílios, renúncias e subvenções ou qualquer outro instrumento de repasse de recursos do Município.

e) o controle interno processar-se-á nas modalidades de prestação de contas, tomada de contas, auditoria, fiscalização.

10. FURB - CM Pomerode/2019) Sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município, assinale a alternativa correta:

a) A fiscalização será exercida ~~exclusivamente~~ pela Câmara Municipal com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

b) O Prefeito Municipal somente encaminhará à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado as contas do Município quando houver requisição pela Mesa Diretora da Câmara ou da presidência do Tribunal de Contas.

c) Apresentadas as contas pelo Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara as colocará, pelo período máxi-mo de ~~dez~~ dias, à disposição de qualquer contribuinte residente no Município para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade.

d) Essa fiscalização será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle interno da mesma, controle interno do Executivo e pelos sistemas de controle externo, instituídos em lei. Já o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

e) O controle interno no âmbito ~~municipal~~ é mantido de forma integrada pelos Poder Executivo, Legislativo e ~~Judiciário~~, cabendo a este último, por meio do ~~Tribunal de Contas do Estado~~, julgar as contas prestadas pelo Poder Executivo.

D

GABARITO: D

11. CEBRASPE (CESPE) - Pref João Pessoa/2018) De acordo com o art. 74 da Constituição Federal de 1988 (CF), os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com algumas finalidades. Nesse sentido, julgue o item a seguir, a respeito da governança no setor público.

Aos controles internos compete verificar a utilização dos recursos públicos, mas estão dispensados de analisar recursos administrados por entidades de direito privado, como é o caso de parcerias público-privadas, em que há aplicação de recursos públicos e privados.

Certo

Errado

ERRADO

Recursos
públicos → ACCOUNTABILITY

GABARITO: ERRADO

12. GUALIMP - CM Conc da Barra/2018) Assinale a alternativa que não se refere aos princípios de controle interno:

a) Segurança Efetiva.

b) Segurança Razoável.

c) Competência.

d) Comprometimento

UM NÍVEL ALTO DE SEGURANÇA, MAS NÃO ABSOLUTO.

Vamos analisar os itens:

a) Segurança Efetiva.

INCORRETO. Não se trata de um dos princípios de controle interno, sendo um dos princípios a segurança razoável, conforme Letra B.

b) Segurança Razoável.

CORRETO. Trata-se de um dos princípio de controle interno, conforme Guia de Orientação para Implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública / Tribunal de Contas do Estado. __ Vitória/ES: TCEES, 2011.

Os princípios de controle interno usualmente mencionados na literatura especializada correspondem a medidas que devem ser adotadas em termos de política, sistemas e organização, visando ao atingimento dos objetivos anteriormente elencados. A seguir, listaremos os mais citados:

segurança razoável: as estruturas de controle interno devem proporcionar uma garantia razoável do cumprimento dos objetivos gerais. A garantia razoável equivale a um nível satisfatório de confiança, considerando o custo, a oportunidade, a utilidade e os riscos;

c) Competência.

CORRETO. Trata-se de um dos princípio de controle interno, conforme Guia de Orientação para Implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública / Tribunal de Contas do Estado. __ Vitória/ES: TCEES, 2011.

Os princípios de controle interno usualmente mencionados na literatura especializada correspondem a medidas que devem ser adotadas em termos de política, sistemas e organização, visando ao atingimento dos objetivos anteriormente elencados. A seguir, listaremos os mais citados: ética, integridade e competência: os dirigentes e os servidores/empregados devem primar por um comportamento ético, através da sua integridade pessoal e profissional

d) Comprometimento

CORRETO. Trata-se de um dos princípio de controle interno, conforme Guia de Orientação para Implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública / Tribunal de Contas do Estado. __ Vitória/ES: TCEES, 2011.

Os princípios de controle interno usualmente mencionados na literatura especializada correspondem a medidas que devem ser adotadas em termos de política, sistemas e organização, visando ao atingimento dos objetivos anteriormente elencados. A seguir, listaremos os mais citados:

- comprometimento: os dirigentes e os servidores/empregados deverão mostrar e manter, em todo momento, uma atitude positiva e de apoio frente aos controles internos;

GABARITO: A

13. GUALIMP - CM Conc da Barra/2018) O somatório das atividades de controle exercidas no dia-a-dia em toda a organização para assegurar a salvaguarda dos ativos, a eficiência operacional e o cumprimento das normas legais e regulamentares é chamado de:

- a) Controle.
- b) Controle Interno.
- c) Sistema Organizacional.
- d) Sistema de Controle Interno.

14. FUNDATEC - GRAMADOTUR/2019) O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem como finalidades básicas:

- a) Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Orçamentário, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- b) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito público.
- c) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e ~~deveres~~ ^{HAVENES} do Ministério Público.
- d) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) O aperfeiçoamento da gestão pública nos aspectos de formulação, planejamento, coordenação, execução e monitoramento das políticas públicas.

15. GUALIMP - CM Conc da Barra/2018) Assinale a alternativa que esteja em desacordo com a composição do Núcleo de Controle Interno - NCI:

- a) Os integrantes do Núcleo de Controle Interno - NCI, com conhecimentos técnicos inerentes às funções a serem desempenhadas, serão designados pelo Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas e contarão com a infraestrutura necessária para o regular desempenho de suas atribuições.
- b) Compete ao Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas disponibilizar toda a infraestrutura necessária ao perfeito funcionamento do Sistema de Controle Interno.
- c) Integram o Núcleo de Controle Interno - NCI - servidores titulares de cargo de provimento efetivo e estáveis do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas.
- d) Ao servidor do Núcleo de Controle Interno - NCI - compete exclusivamente o exercício das atividades de controle interno.

B

ENTES